

A(FÉ)TOS ESTUDANTIS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

EDSON MARCELO OLIVEIRA SILVA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - UNESP, CÂMPUS DE ASSIS
edson.marcelo@unesp.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

No cenário contemporâneo da educação brasileira, os processos sócio-históricos que envolvem o acesso ao ensino superior revelam a necessária discussão sobre a construção de políticas afirmativas que promovam o fortalecimento dos direitos humanos e justiça social, aliadas, sobretudo, à valorização da pluralidade cultural do nosso país.

Em tese, as universidades têm sido espaços ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural (Nierotka; Trevisol, 2016). No entanto, para Veloso e Nunes (2016), no Brasil, a partir de 2003, as políticas de acesso à educação superior têm favorecido o ingresso de estudantes procedentes de camadas populares por meio de políticas e programas específicos. Como efeito, as universidades passam a ser frequentadas por estudantes com maior diversidade cultural e socioeconômica.

Nessa perspectiva, iniciativas como o REUNI, o PROUNI e a Lei de Cotas foram decisivas para o grande aumento do número de estudantes na Educação Superior. O número de matrículas cresceu em torno de 76%, entre 2004 e 2013, passando de 4.163.733 para 7.305.977 (Nierotka; Trevisol, 2016).

Em relação ao processo da democratização no ensino superior, Sobrinho (2010) destaca que o princípio da educação como bem público, é um direito social e dever do Estado. Para o autor, no caso do Brasil, cuja maioria da população é pobre, a educação-mercadoria tem compromisso com o lucro do empresário que a vende; a educação-bem público tem compromisso com a sociedade e a nação.

Atualmente, foi enviado ao Congresso Nacional o PL 2.614/2024 que propõe o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, fruto do trabalho do GT PNE 2024-2034 e de contribuições da CONAE 2024. Para a sua efetiva implementação, o PNE



envolve o regime de colaboração entre a União, estados brasileiros, Distrito Federal, municípios e a participação da sociedade civil como um todo (Brasil, 2026).

Postas essas considerações, este trabalho tem o precípuo objetivo de refletir sobre a vivência estudantil negra pertencentes a terreiros no interior paulista, no ensino superior público. Para tanto, o Observatório de Vivências Estudantis (OVE) - UNESP é analisado como um embrião de práticas institucionais voltadas à construção de territórios de produção de coletividade, memória e reparação histórica das desigualdades sociais.

Em razão de uma intencionalidade ética e estética, os terreiros, para o autor deste trabalho, são compreendidos não apenas como espaços religiosos, como também territórios de memória, poder, cuidado, reparação histórica e resistência cultural.

Para Pierucci (2004) investigar uma religião de matriz africana é também estudar uma das raízes culturais brasileiras, já que suas origens remontam aos principais grupos formadores da nossa cultura e da sociedade. Prandi (2001) salienta que a partir da década de 1960 houve um reavivamento de religiões tradicionais, entre elas as religiões dos orixás constituídas na América, verificando-se grande expansão do candomblé, que a partir da Bahia se alastrou para todo o território brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa de caráter reflexivo-analítico, articulando a reflexão teórica à análise da experiência do Observatório de Vivências Estudantis (OVE) da UNESP, enquanto projeto formal de extensão universitária, nascido ao final do ano de 2022.

O projeto é voltado à escuta, à produção de memória e à análise das experiências estudantis no interior da universidade, com a intenção de olhar para a realidade do ingresso e a diversidade das trajetórias da vida estudantil na Universidade Estadual Paulista (UNESP), como também, analisar as barreiras que atravessam a permanência e a conclusão dos estudos em diferentes localidades, cursos e unidades de ensino.

A metodologia se apoia na compreensão da extensão como espaço de produção de conhecimento situado, em que a experiência concreta dos sujeitos constitui elemento



central para a construção de análises críticas sobre a realidade institucional. Conforme apontam Clandinin e Connelly (2000), as histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo.

Ao considerar sobre as vivências de estudantes autodeclarados pretos, pertencentes a terreiros, outro fator que merece um olhar aprofundado sobre isso é a ampliação do número de estudantes negros nas universidades. Um fato que amplia as oportunidades, não só para o ingresso no mercado de trabalho, como também para a produção de conhecimento situado (Figueiredo, 2018).

Nesse contexto, os terreiros se configuram como espaços privilegiados de preservação e recriação desses saberes, constituindo historicamente territórios de acolhimento, pertencimento e organização coletiva, especialmente para populações negras que enfrentaram processos sistemáticos de exclusão social e racial no Brasil.

Ao dialogar com essa perspectiva, as reflexões de Nascimento (1985), sobre os conceitos de quilombo e Atlântico Negro, e de Gonzalez (1988), sobre a importância da cultura afro-brasileira e da religiosidade na formação da identidade negra, contribuem para ampliar a compreensão desses espaços, evidenciando-os como formas contínuas de resistência, produção de memória e construção comunitária.

CONCLUSÕES

Para Galhardo *et al.* (2020), levando em conta o novo contexto inclusivo que se configurou no ensino superior brasileiro e no estado de São Paulo, os autores consideram importante a realização de estudos sobre realidades estudantis, sobretudo para que os projetos de inclusão possam ser avaliados e aprimorados.

Este trabalho busca refletir sobre as possibilidades de criação que esses espaços oferecem para a construção de práticas institucionais mais comunitárias, inclusivas e sensíveis às experiências dos sujeitos. Tal perspectiva permite deslocar o olhar sobre a universidade, propondo a construção de espaços acadêmicos que valorizem a escuta, o cuidado coletivo e a pluralidade de saberes.



Nesse sentido, as contribuições de Crenshaw (1989), ao abordar o conceito de interseccionalidade, tornam-se fundamentais, na medida em que evidenciam a importância de considerar as diferentes formas de opressão que se articulam na vida dos sujeitos, como raça, classe, gênero e outras categorias sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne>. Acesso em: 18 mar. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33942>. Acesso em: 22 mar. 2026.

GALHARDO, Eduardo *et al.* Desempenho acadêmico e frequência dos estudantes ingressantes pelo Programa de Inclusão da UNESP. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 25, n. 3, p. 701-723, dez. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000300701&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2026.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.



NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra.

Afrodíaspóra, Rio de Janeiro, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vítório. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *Revista Katálysis*, v. 19, n. 1, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>. Acesso em: 21 mar. 2026.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados, v. 6, n. 16, p. 48-63, abr. 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Bye bye, Brasil”: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300003>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

